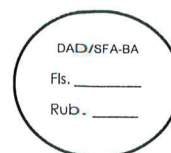




MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NA BAHIA
DAD-DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO



CONTRATO

PROCESSO Nº 21012.002208/2019-12
CONTRATO Nº 5/2019

Recebido. 24/08/2019.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A **SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NA BAHIA - SFA-BA**, E A EMPRESA **ENGELTECH ENGENHARIA EM ELEVADORES E ESCADAS ROLANTES LTDA**, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, INCLUINDO ASSISTÊNCIA TÉCNICA, FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO/MATERIAIS, INSUMOS E SERVIÇOS DE EMERGÊNCIA, NO ELEVADOR MARCA OTIS DE PASSAGEIROS DA SEDE DA SFA-BA.

CONTRATANTE:

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DO ABASTECIMENTO/SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NA BAHIA**, sediada no Largo dos Afritos, Edifício Ceres, S/N, CEP: 40.060-030 - Salvador-BA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.396.895/0024-11, neste ato representada pela Senhor **PAULO EMILIO LANDULFO MEDRADO DE VINHAES TORRES**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº. RG: 02.924.022-01/BA e do CPF nº. CPF: 482.958.505-63, residente e domiciliado à Rua Professor Carlos Ott, 142, Casa 05, Cond. Stella Ville Residence, Stella Maris, Salvador-BA, CEP: 41600-665, nos encargos de Superintendente Federal de Agricultura na Bahia, nomeado pela Portaria SE Nº 1.726 de 24 de abril de 2019, publicada no DOU em 26 de abril de 2019, em conformidade com as atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria Ministerial Nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada em 13/04/2018, Edição: 71, Seção: 1, Página: 7, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**;

CONTRATADA:

e a empresa **ENGELTECH ENGENHARIA EM ELEVADORES E ESCADAS ROLANTES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 06.039.956/0001-83, com sede na Rua Lucaia, 295 - Edifício Empresarial Lucaia Salas 402 e 403 - Rio Vermelho, CEP: 41.940-660, no Município de Salvador-BA, neste ato representada pelo Senhor **ALEXANDRE BAYERL COELHO**, Sócio Administrador, portador da Cédula de Identidade nº M-3.840.902 SSP-MG e CPF nº 594.741.306-04, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**; tendo em vista o que consta no Processo Administrativo SEI/MAPA nº 21012.006591/2019-88, presente contratação é resultante de adesão à Ata SRP de resultado final do Pregão Eletrônico - SRP nº 09/2018 realizado pela UFBA-Universidade Federal da Bahia, com fundamento na Lei nº 8.666, de 1993, no Decreto nº 2.271, de 1997, e da Instrução Normativa SEGES/MP n. 05 de maio de 2017, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes: OBJETO DO PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº, 09/2018, PROCESSO Nº. 23066.002611/2018-61.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 O presente Termo de Contrato O contrato tem como objeto a prestação de serviços continuados de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA**, incluindo assistência técnica, fornecimento de peças de reposição/materiais, insumos e serviços de emergência, no elevador marca OTIS, visando atender às necessidades da Superintendência Federal de Agricultura na Bahia - SFA-BA, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e no Edital e seus Anexos.

1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência deste Contrato é de 26 (vinte e seis) meses, a partir de **25/07/2019** à **25/09/2021**, prorrogável na forma do Artigo 57, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1983.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

3.1 O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 21.905,00 (Vinte e um mil, novecentos e cinco reais) para todo o período de vigência descrita na Cláusula 2. O valor mensal a ser pago à Contratada para a execução do serviço é de R\$ 842,50 (Oitocentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos).

3.2 Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

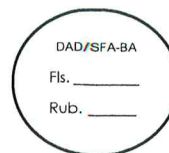
Gestão/Unidade: 00001/130029;
Fonte: 01000000;
Programa de Trabalho: 043109;
Elemento de Despesa: 3.3.3.90.39.16;
PI: OPERASFAS;

Contrato: 5/2019 - Serviço de Manutenção do Elevador da Sede da SFA-BA

RECEBIDO
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DO ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura na Bahia - SFA/BA.
Data 13.08.2019
Hora 11:10
Assinatura: _____



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NA BAHIA
DAD-DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO



4.2. As despesas para o exercício futuro correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas em termo aditivo ou apostilamento.

1. CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO

- 1.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 1.2 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 1.3 A Nota Fiscal/Fatura será emitida pela Contratada de acordo com os seguintes procedimentos:
- 1.4 Ao final de cada etapa da execução contratual, a Contratada apresentará, conforme Anexo III do Termo de Referência - Folha De Medição com a prévia dos serviços executados no período.
- 1.5 Juntamente com a primeira medição de serviços, a Contratada deverá apresentar a ART do engenheiro e do serviço;
- 1.6 A Contratada deverá apresentar a primeira via do relatório de manutenção preventiva e check-list, ambos assinados/carimbados por um representante da unidade comprovando que o equipamento está funcionando em perfeitas condições. Os itens que não apresentarem estes comprovantes não serão pagos, conforme item 23.1 Qualquer pendência deverá ser solucionada dentro do período de medição;
- 1.7 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.
- 1.8 Nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
 - 1.8.1 Não produziu os resultados acordados;
 - 1.8.2 Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
 - 1.8.3 Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada;
- 1.9 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 1.10 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 1.11 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 1.12 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 1.13 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 1.14 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 1.15 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 1.16 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.
- 1.17 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
 - 1.17.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 1.18 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NA BAHIA
DAD-DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

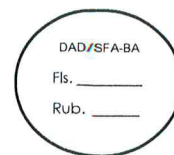
(6 / 100)

I = 0,00016438

I = (TX)

I =

TX = Percentual da taxa anual = 6%



2. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE E ALTERAÇÕES

- 2.1 A periodicidade de reajuste do valor do presente CONTRATO será anual, utilizando-se a variação do IGP-DI - Índice Geral de Preços, da Fundação Getúlio Vargas, no período compreendido entre o mês da data-limite da apresentação da proposta e o mês anterior ao mês previsto para o reajustamento.
- 2.1.1 No cálculo do 1º reajuste deverá ser utilizada a variação do índice no período compreendido entre o mês da data da proposta comercial e o índice do mês anterior à data prevista para o reajuste.
- 2.1.2 Para os reajustes subsequentes será utilizada a variação do índice no período compreendido entre o mês da data de concessão do último reajuste do CONTRATO e o índice do mês anterior à data prevista para o reajuste.
- 2.2 Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizados por aditamento ao contrato.
- 2.3 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN n. 05, de 2017.
- 2.4 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 2.4.1 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 2.5 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

3. CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

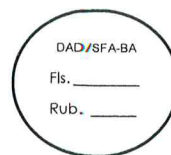
- 3.1 Será exigida a prestação de garantia pela Contratada, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, a ser comprovada na data da celebração do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.
- 3.1.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 3.1.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco dias) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666, de 1993.
- 3.2 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme o item 3.1 do Anexo
- 3.3 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 3.3.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- 3.3.2 prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 3.3.3 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 3.3.4 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 3.4 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 3.5 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 3.6 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 3.7 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 3.8 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 3.9 Será considerada extinta a garantia:
- 3.9.1 com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 3.9.2 no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a Contratante não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

4. CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

Contrato: 5/2019 - Serviço de Manutenção do Elevador da Sede da SFA-BA



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NA BAHIA
DAD-DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO



4.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por fiscal designado pela SFA-BA, na forma estabelecida no Termo de Referência.

5. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

5.1 As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 6.1.1 não assinar a ata de registro de preços quando convocado dentro do prazo de validade da proposta ou não assinar o termo de contrato decorrente da ata de registro de preços;
- 6.1.2 apresentar documentação falsa;
- 6.1.3 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 6.1.4 ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 6.1.5 não manter a proposta;
- 6.1.6 cometer fraude fiscal;
- 6.1.7 comportar-se modo inidôneo.

6.1.7.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

6.2 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 6.2.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 6.2.2 Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado para entrega, sobre o valor total do contrato até o limite de 15 (quinze) dias;
- 6.2.3 Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 6.2.4 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

6.3 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

6.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

6.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

6.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

6.7 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

7. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

7.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

7.2 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

7.3 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

7.4 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.4.1 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

- 7.4.1.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 7.4.1.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 7.4.1.3 Indenizações e multas.

8. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- VEDAÇÕES

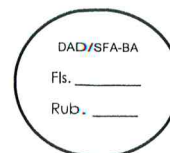
8.1 É vedado à CONTRATADA:

- 8.1.1 caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 8.1.2 interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

9. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NA BAHIA
DAD-DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO



9.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

10. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- PUBLICAÇÃO

10.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

11. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FORO

11.1 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do Estado da Bahia - Justiça Federal.

11.2 Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Salvador-BA, 25 de julho de 2019.

Superintendência Federal de Agricultura na Bahia
PAULO EMILIO LANDULFO MEDRADO DE VINHAES TORRES
Superintendente

Engeltech Engenharia em Elevadores e Escadas Rolantes Ltda
ALEXANDRE BAYERL COELHO

Sócio Administrador
ENGELTECH
ENGENHARIA EM ELEVADORES
E ESCADAS ROLANTES LTDA.

Alexandre Bayerl Coelho
CREA 52170/D MG

TESTEMUNHAS:

Nome: Ryann Cruz da Silva
CPF: 022.786.495-66

Nome: DANILLO TRANCOSO LOPE DE ARAUJO
CPF: 013.810.025-01